

**ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA
SEM ESPECIALIDADE (PÓS-EDITAL)**

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2502135531M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
TRT 24ª Região (MS)

CARGO:

Analista Judiciário –
Área Judiciária – Sem Especialidade

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-edital

DATA DE APLICAÇÃO:

2/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

2/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

MÓDULO I – CONHECIMENTOS BÁSICOS**Língua Portuguesa****Andréa Cerqueira****O cansaço que nos abala**

1 Dizia-me um amigo há dias que estava cansado de ouvir sempre as mesmas notícias e tem razão. Quase todos os dias deixamos escapar um estou cansado num momento qualquer em que de facto somos invadidos por um cansaço que advém do que fizemos até aquele momento. Não é preciso termos feito um esforço terrível para sentirmos essa sensação de fadiga. Basta mesmo a repetição de situações que nos cansam. A própria repetição cansa. Pois é normal que todos nós possamos nos sentir cansados com a guerra que vem assolando a Europa e de que não se vê solução à vista. Estamos cansados de ouvir as mesmas coisas, de ouvir as mesmas mentiras, de ouvir explicações abusivas e mentirosas, enfim estamos cansados de tanta repetição desastrosa e sem sentido. Mas se é facto que estamos fartos de tanta notícia também é verdade que estamos fartos desta guerra absurda e sem sentido onde só uma parte quer a guerra como se nada mais tivesse para fazer em prol do seu povo. Isto sim é cansativo e desanimador. No entanto parece que pouco mais há a noticiar. Todos os dias somos bombardeados com as mesmas notícias de destruição, de mortes, de mísseis e bombas a cair em toda a parte até mesmo na Central nuclear de Zaporizhia. Aqui já somos invadidos por outro sentimento e não é cansaço. Quando falamos da maior Central Nuclear da Europa e das consequências que podem advir de uma qualquer rutura, resultado dos bombardeamentos indiscriminados, já sentimos medo. No meio de toda esta confusão em que vivemos absurdamente à margem das decisões que se vão tomando, felizmente ocorrem notícias que quebram a monotonia cansativa da beligerância e nos fazem descansar um pouco. A saída de cereais do porto de Odessa, a reunião de Guterres com Erdogan e com Zelensky são alguns dos factos que nos trazem alguma esperança no bom senso dos que estão envolvidos na contenda. Não acredito que se vá muito mais além disso, já que falar de cessar fogo ou de final da guerra será mesmo irreal neste momento. Mas quem ganha ou perde esta guerra? Fazemos esta pergunta há muito tempo. Mas a resposta não é a mesma que se deu há cinco meses atrás.

Nessa altura a Rússia levava muita vantagem sobre a Ucrânia, mas hoje a Rússia está a perder posições e a viver sérias dificuldades em termos de recrutamento de militares. Até o momento a Rússia terá perdido já cerca de quatrocentos mil militares segundo algumas informações, muitos aviões e alguns navios. Na Crimeia estão a acontecer explosões em plenos campos militares com destruições de material bélico e não só, mas em que ninguém parece ter culpa, embora Zelensky diga que a guerra começou com a invasão da Crimeia e vai acabar na Crimeia. Uma coisa é certa: Putin está diferente, age de modo diferente, está cansado desta situação e desta guerra que ele provocou e que está a perder aos poucos. Pode ser uma ajuda ao final da guerra o cansaço que Putin sente, mas não tem moedas de troca para falar de paz. Ainda não ganhou nada. O que é uma realidade diferente é o cansaço que nos tem provocado todas as notícias sobre os vários vírus que nos têm visitado e que continuam a causar morte em todo o lado. Se bem nos lembrarmos, quase todas as semanas ouvimos notícias de vírus diferentes que se espalham por todos os países. É o Corona vírus e suas variantes, é a varíola dos macacos, é o vírus das aves que regressa, é o vírus de mais qualquer coisa que nos vão distraindo e causando algum receio que nos aligeira o cansaço da guerra. Mas os vírus também nos cansam e muito. O que também é um facto é que estes vírus não atingem a Rússia nem a Ucrânia. Por que será? Mas a China foi notícia a este respeito. Parece que os vírus são selectivos! É verdade que andamos todos cansados com estas notícias e temos razão para estar. Se um qualquer alienígena nos visitasse e ouvisse estas notícias ficaria arrepiado com tantas coisas más. Nada de bom acontece nesta Terra, diria certamente e antes que ficasse cansado, fugiria novamente para o espaço. Mas nós não podemos fugir. Cansados e abalados por tanta irresponsabilidade, por tanta destruição, por tanta morte, por tanta irreverência, mentira e teimosia, continuamos a aguentar estoicamente todas as barbaridades que os senhores da guerra continuam a fazer. É demais! Seis meses de guerra, seis meses de destruição e morte, seria impen-sável em Janeiro passado. A realidade é crua e dura. Tudo isto nos abala e cansa, mas ninguém encontrou ainda a solução, o antídoto, para este cansaço. Não há comprimidos capazes, somente a atuação humana consciente, mas é difícil de encontrar.

Luís Ferreira. Disponível em: <https://www.jornalnordeste.com/opiniaao/o-cansaco-que-nos-abala>. Acesso em: 24 fev. 2025.

1

Com base no texto, assinale a alternativa que reflete corretamente o principal motivo do cansaço expresso pelo autor.

- (A) O autor está cansado das notícias sobre guerra e vírus, que são recorrentes e trazem apenas destruição e morte.
- (B) O autor está cansado de ouvir explicações falsas sobre a guerra, sem que haja soluções visíveis.
- (C) O autor está cansado de se sentir impotente diante dos conflitos e das crises no mundo.
- (D) O autor está cansado das repetições constantes nas notícias, sem que haja uma mudança substancial nas situações descritas.
- (E) O autor está cansado da cobertura das notícias sobre a guerra, mas acredita que o cansaço da Rússia pode levar a uma solução em breve.

2

De acordo com o texto, qual é o impacto das notícias sobre os vírus que estão se espalhando pelo mundo?

- (A) O autor não acredita que os vírus sejam uma ameaça real, pois eles não afetam países envolvidos na guerra.
- (B) As notícias sobre os vírus são mais um motivo para os cidadãos sentirem medo, mas não causam tanto cansaço quanto a guerra.
- (C) O autor percebe que as notícias sobre os vírus ajudam a desviar a atenção da guerra, mas ainda assim causam cansaço.
- (D) O autor vê os vírus como uma solução para o cansaço gerado pela guerra, uma vez que os vírus não afetam diretamente a Rússia e a Ucrânia.
- (E) O autor considera os vírus menos cansativos, pois acredita que são mais fáceis de controlar do que a guerra em curso.

3

No texto, a coesão é construída por meio de repetições e referências que conectam diferentes partes do discurso. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta um exemplo de coesão no texto.

- (A) “Nada de bom acontece nesta Terra, diria certamente e antes que ficasse cansado, fugiria novamente para o espaço.”
- (B) “Estamos cansados de ouvir as mesmas coisas, de ouvir as mesmas mentiras, de ouvir explicações abusivas e mentirosas, enfim estamos cansados de tanta repetição desastrosa e sem sentido.”
- (C) “No entanto parece que pouco mais há a noticiar.”
- (D) “Se um qualquer alienígena nos visitasse e ouvisse estas notícias ficaria arrepiado com tantas coisas más.”
- (E) “A repetição das mesmas notícias de destruição e morte nos impede de enxergar soluções reais e possíveis.”

4

“Estamos cansados de ouvir as mesmas coisas, de ouvir as mesmas mentiras, de ouvir explicações abusivas e mentirosas, enfim estamos cansados de tanta repetição desastrosa e sem sentido.”

Considerando a frase acima, é correto afirmar que a função sintática do termo “de ouvir as mesmas coisas” é de:

- (A) objeto indireto.
- (B) predicado.
- (C) objeto direto.
- (D) adjunto adverbial.
- (E) complemento nominal.

5

Observe a seguinte construção do texto:

“A realidade é crua e dura. Tudo isto nos abala e cansa, mas ninguém encontrou ainda a solução, o antídoto, para este cansaço.”

Com base na análise sintática, assinale a alternativa que apresenta corretamente a relação entre as orações ou os termos que a compõem.

- (A) *A realidade é crua e dura.* / Oração coordenada assindética
- (B) *Tudo isto nos abala e cansa [...]* / Orações coordenadas sindéticas aditivas.
- (C) *Tudo isto nos abala e cansa, mas ninguém encontrou ainda a solução [...]* / Orações coordenadas sindéticas adversativas.
- (D) *A realidade é crua e dura. Tudo isto nos abala [...]* / Orações coordenadas assindéticas
- (E) *A realidade é crua e dura.* / Oração absoluta

6

No trecho do texto, “Nada de bom acontece nesta Terra, diria certamente e antes que ficasse cansado, fugiria novamente para o espaço”, o termo “bom” classifica-se como:

- (A) adjetivo, qualifica o substantivo “nada”.
- (B) advérbio, modifica o verbo “acontece”.
- (C) adjetivo, qualifica o substantivo “Terra”.
- (D) advérbio, modifica o substantivo “Terra”.
- (E) adjetivo, qualifica o substantivo “acontece”.

7

No trecho do texto, “A realidade é crua e dura”, as palavras “crua” e “dura” possuem sentido figurado. Com base no contexto da frase, é correto afirmar que a principal ideia transmitida por essas palavras é:

- (A) a realidade é literal e tangível, sem abstrações.
- (B) a realidade é rígida e imutável, sem espaço para mudanças.
- (C) a realidade é difícil e desafiadora, com aspectos negativos e pesados.
- (D) a realidade é suave e flexível, fácil de entender.
- (E) a realidade é frágil e vulnerável, fácil de ser destruída.

8

No trecho “Estamos cansados de ouvir as mesmas coisas, de ouvir as mesmas mentiras”, a palavra “mentiras” tem um sentido mais próximo de:

- (A) veracidade, representando algo verdadeiro.
- (B) boatos, representando algo impreciso ou inventado.
- (C) realidade, representando algo concreto e indiscutível.
- (D) falácia, representando algo que é ardiloso ou embusteiro.
- (E) informação, representando algo que é transmitido corretamente.

9

Observe a seguinte construção do texto:

“Estamos cansados de ouvir as mesmas coisas, de ouvir as mesmas mentiras, de ouvir explicações abusivas e mentirosas, enfim estamos cansados de tanta repetição desastrosa e sem sentido.”

Com base na análise da pontuação, a função do “enfim” na frase acima é:

- (A) indicar uma pausa para dar ênfase à conclusão da ideia.
- (B) conectar duas orações coordenadas assindéticas.
- (C) iniciar uma explicação adicional sobre o cansaço.
- (D) indicar uma mudança de pensamento ou uma oposição de ideias.
- (E) marcar a transição entre dois períodos intercalados.

10

“Se bem nos lembrarmos, quase todas as semanas ouvimos notícias de vírus diferentes que se espalham por todos os países.”

Com base nesse fragmento, considere a seguinte questão.

Em relação às operações sintáticas, assinale a alternativa que apresenta um **exemplo de substituição** de termos no contexto da frase.

- (A) “Se bem nos lembrarmos, quase todas as semanas ouvimos notícias de vírus diferentes que se espalham por todos os países.” (substituição de “notícias” por “informações”)
- (B) “Se bem nos lembrarmos, quase todas as semanas ouvimos notícias de vírus diferentes que se espalham por todos os países.” (modificação do termo “quase todas as semanas”)
- (C) “Se bem nos lembrarmos, ouvimos notícias de vírus diferentes que se espalham por todos os países.” (substituição de “quase todas as semanas” por “em breve”)
- (D) “Se bem nos lembrarmos, quase todas as semanas ouvimos notícias de vírus diferentes que se espalham por todos os países.” (substituição de “se espalham” por “se disseminam”)
- (E) “Se bem nos lembrarmos, quase todas as semanas ouvimos notícias de vírus diferentes que se espalham por todos os países.” (deslocamento do termo “quase todas as semanas”)

Raciocínio Lógico-Matemático

Josimar Padilha

11

Uma empresa de seguros oferece dois tipos de coberturas: acidente e doença. O conjunto de clientes que possuem cobertura de acidente é:

$A = \{\text{João, Maria, Pedro, Ana, Carlos, Luiz}\}$

O conjunto de clientes que possuem cobertura de doença é:

$B = \{\text{Maria, Pedro, Ana, Luiz, Fernanda, Sofia}\}$

A probabilidade de que um cliente tenha um acidente é de 0,2 e a probabilidade de que um cliente tenha uma doença é de 0,3. Considerando esses dados, a probabilidade, aproximadamente, de que um cliente tenha ambos os tipos de coberturas e sofra um acidente ou uma doença é de:

- (A) 0,12.
- (B) 0,18.
- (C) 0,24.
- (D) 0,30.
- (E) 0,35.

12

Um estatístico coletou dados sobre as idades de 5 funcionários de um Tribunal Regional do Trabalho. Os dados amostrais são os seguintes: {25, 30, 35, 40, 45}. Diante disso, é correto afirmar que o desvio padrão das idades desses funcionários é de:

- (A) 6,12.
- (B) 9,20.
- (C) 8,16.
- (D) 9,13.
- (E) 7,91.

13

Determine a distância entre os pontos A (2, 3) e B (5, 7) no plano cartesiano e o ponto médio entre esses dois pontos em relação ao eixo das abcissas.

- (A) Distância: 5,00; Ponto médio: (3,5, 5)
- (B) Distância: 4,24; Ponto médio: (3,5, 4)
- (C) Distância: 5,00; Ponto médio: (3,5, 4)
- (D) Distância: 4,24; Ponto médio: (3,5, 5)
- (E) Distância: 3,24; Ponto médio: (3,5, 5)

14

Um fabricante de lâmpadas produz lâmpadas que têm uma probabilidade de 0,15 de serem defeituosas. Se um lote de 6 lâmpadas for sorteado aleatoriamente, qual é a probabilidade aproximada de que exatamente 1 lâmpada seja defeituosa?

(Considere $0,85^5 = 0,44$)

- (A) 0,30
- (B) 0,35
- (C) 0,40
- (D) 0,45
- (E) 0,50

15

Em uma festa, há 5 pessoas: Ana, Bruno, Carlos, Diana e Eduardo. As relações entre elas são as seguintes:

- Ana é casada com Bruno.
- Carlos é irmão de Diana.
- Eduardo é amigo de Carlos e Diana.
- Ana e Diana são primas.

Considerando as informações acima, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação verdadeira.

- (A) Bruno é tio de Eduardo.
- (B) Carlos é primo de Ana.
- (C) Diana é casada com Eduardo.
- (D) Eduardo é irmão de Bruno.
- (E) Carlos não é primo de Ana.

MÓDULO II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS BÁSICOS

Legislação Institucional

Rafael de Oliveira

16

De acordo com a Lei n. 8.112/1990, é correto afirmar que o regime jurídico aplicável aos servidores públicos federais:

- (A) é facultativo para servidores de órgãos do Poder Judiciário.
- (B) aplica-se exclusivamente aos servidores civis estatutários da União, autarquias e fundações públicas federais.
- (C) inclui servidores militares e empregados de empresas públicas.
- (D) determina que os servidores são contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- (E) aplica-se somente aos servidores do Poder Executivo.

17

Com base na Lei n. 8.112/1990, assinale a alternativa que indica um direito assegurado aos servidores públicos federais.

- (A) Direito à greve irrestrita, sem regulamentação específica.
- (B) Direito a licenças para fins de capacitação profissional, após 1 ano de efetivo exercício.
- (C) Direito à remuneração proporcional ao tempo trabalhado em caso de exoneração a pedido.
- (D) Direito a férias anuais remuneradas com adicional de 1/3 da remuneração.
- (E) Direito a manter segredo sobre condutas antiéticas de colegas, caso solicitado.

18

É vedado ao servidor público, conforme a Lei n. 8.112/1990:

- (A) participar de sociedades comerciais como cotista minoritário.
- (B) exercer cargo de direção em empresa privada, ainda que fora do horário de expediente.
- (C) manifestar-se publicamente sobre política institucional do órgão, mesmo sem prejuízo à imagem do serviço público.
- (D) receber presentes em valor inferior a um salário mínimo.
- (E) exercer outro cargo público, exceto nos casos previstos em lei.

19

Sobre as formas de provimento e vacância de cargos públicos federais previstas na Lei n. 8.112/1990, é correto afirmar que:

- (A) a readaptação ocorre quando há mudança de órgão por interesse do servidor.
- (B) a vacância ocorre apenas por exoneração a pedido.
- (C) a promoção é uma forma de provimento e implica a alteração de cargo ocupado pelo servidor.
- (D) a remoção é uma forma de vacância de cargo público.
- (E) o falecimento do servidor é uma das hipóteses de vacância de cargo público.

20

De acordo com o art. 1º do Regimento Interno do TRT-MS, são órgãos da Justiça do Trabalho da 24ª Região:

- (A) o Tribunal Regional do Trabalho, os Juízes do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho.
- (B) o Tribunal Regional do Trabalho e os Juízes do Trabalho.
- (C) o Tribunal Pleno, as Turmas e a Presidência.
- (D) o Tribunal Regional do Trabalho, as Varas do Trabalho e as Câmaras Regionais.
- (E) os Colegiados Temáticos Permanentes e a Ouvidoria.

21

O TRT-MS é composto por 8 Desembargadores do Trabalho, sendo:

- (A) todos provenientes de promoções por merecimento e antiguidade entre Juízes Titulares de Varas do Trabalho.
- (B) 6 de carreira e 2 provenientes de membros do Ministério Público do Trabalho ou advogados indicados por lista sêxtupla.
- (C) 5 de carreira, 2 advogados e 1 membro do Ministério Público do Trabalho.
- (D) todos indicados pelo Presidente da República, sem necessidade de lista tríplice.
- (E) 4 advogados e 4 Juízes de carreira.

22

De acordo com o Regimento Interno, em matéria administrativa, compete ao Tribunal Pleno:

- (A) homologar acordos celebrados nas Varas do Trabalho.
- (B) dar posse aos membros do Tribunal e votar o Regimento Interno e suas emendas.
- (C) proferir decisões jurisdicionais nos incidentes de resolução de demandas repetitivas.
- (D) realizar audiências de instrução e julgamento em primeira instância.
- (E) deliberar sobre a exclusão de cargos administrativos das Varas do Trabalho.

23

De acordo com o Regimento Interno, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do TRT-MS ocorre:

- (A) por aclamação unânime dos Desembargadores.
- (B) pelo voto secreto de todos os servidores do Tribunal.
- (C) pela maioria dos membros efetivos do Tribunal, dentre os Desembargadores mais antigos.
- (D) exclusivamente por indicação do Ministério Público do Trabalho.
- (E) por sorteio, considerando a lista de antiguidade dos Desembargadores.

24

De acordo com o art. 16 do Regimento Interno, as deliberações do Tribunal Pleno em matéria administrativa exigem:

- (A) presença de dois terços dos Desembargadores do Tribunal.
- (B) presença da maioria simples dos servidores administrativos do Tribunal.
- (C) presença da metade mais um dos integrantes do Tribunal.
- (D) quórum qualificado de três quartos dos Desembargadores.
- (E) votação unânime de todos os Desembargadores presentes.

25

De acordo com o art. 3º do Código de Ética 24ª Região (TRT-MS), são princípios e valores fundamentais que devem ser observados pelos servidores no exercício de suas funções:

- (A) apenas a legalidade, a moralidade e a competência, sendo facultativo o sigilo profissional.
- (B) a neutralidade político-partidária, religiosa e ideológica, bem como o comprometimento e a ética.
- (C) a impessoalidade e o respeito ao patrimônio público, sem a necessidade de preservar a responsabilidade ambiental.
- (D) a transparência e a competência, com inovação restrita à resolução de problemas de ordem técnica.
- (E) o decoro e a preservação do patrimônio público, sem necessidade de promover o desenvolvimento profissional.

Administração Pública**Bruno Eduardo****26**

Uma organização pública enfrenta desafios relacionados à fragmentação de suas atividades e à falta de coordenação entre suas áreas internas. Para resolver essa situação, a alta administração decidiu revisar a sua estrutura organizacional com foco na adoção de critérios de departamentalização adequados ao cumprimento de sua missão institucional. Considerando essa decisão, assinale a alternativa que apresenta o critério de departamentalização mais adequado para aumentar a coordenação entre áreas relacionadas às etapas de produção de serviços públicos na organização.

- (A) Departamentalização por cliente, pois assegura que os serviços sejam projetados e entregues com base nas necessidades específicas dos usuários.
- (B) Departamentalização por produto, já que cada unidade pode se concentrar exclusivamente na entrega de um bem ou serviço específico.
- (C) Departamentalização funcional, por organizar as áreas de acordo com especializações técnicas, facilitando a coordenação interna.
- (D) Departamentalização por processos, uma vez que permite o agrupamento de atividades sequenciais relacionadas ao fluxo de trabalho.
- (E) Departamentalização geográfica, que possibilita a descentralização das decisões, considerando peculiaridades regionais.

27

Uma autarquia federal decidiu implementar um sistema de avaliação de desempenho que possa mensurar a efetividade de seus servidores no cumprimento dos objetivos organizacionais. Para isso, está analisando diferentes tipos de indicadores de desempenho. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta o indicador mais apropriado para avaliar o impacto dos serviços oferecidos pela autarquia na sociedade.

- (A) Indicadores de impacto, que avaliam os efeitos das ações na população atendida.
- (B) Indicadores de insumo, que avaliam os recursos aplicados no serviço.
- (C) Indicadores de eficiência, que medem a relação entre os recursos aplicados e os resultados obtidos.
- (D) Indicadores de eficácia, que verificam o grau de alcance das metas organizacionais.
- (E) Indicadores de produtividade, que medem a quantidade de entregas realizadas.

28

O gestor de uma instituição pública busca aprimorar a transparência na execução do orçamento anual, garantindo que as informações estejam disponíveis para os cidadãos de forma acessível. Nesse contexto, ele deve observar os dispositivos previstos na Lei Complementar n. 131/2009. De acordo com essa lei, assinale a alternativa que representa um requisito obrigatório para a transparência fiscal.

- (A) Divulgação mensal das receitas e despesas em locais de acesso público.
- (B) Publicação de relatórios orçamentários a cada quadrimestre.
- (C) Apresentação de audiências públicas bimestrais sobre a execução do orçamento.
- (D) Disponibilização em tempo real, na internet, de informações sobre a execução orçamentária e financeira.
- (E) Relatórios semestrais de gestão fiscal disponibilizados aos órgãos de controle externo.

29

Uma organização pública deseja adotar o planejamento estratégico como ferramenta de gestão para alinhar as suas ações às necessidades sociais e otimizar a alocação de recursos. Analisando as etapas a seguir, assinale aquela que faz parte do processo de planejamento estratégico.

- (A) Identificação do ciclo operacional e ajuste da execução tática.
- (B) Diagnóstico do ambiente interno e externo para identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.
- (C) Definição de metas operacionais detalhadas e alocação de recursos imediatos.
- (D) Elaboração de cronogramas e listas de atividades para os níveis operacionais.
- (E) Avaliação do desempenho individual dos servidores no alcance de metas de curto prazo.

30

Uma instituição pública enfrenta resistência ao implementar mudanças organizacionais em sua estrutura. Para enfrentar esse desafio, o gestor elaborou uma estratégia que contempla a comunicação como elemento-chave para a gestão de mudanças. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta a prática que é mais eficaz para promover a aceitação de mudanças organizacionais.

- (A) Envolver os colaboradores no processo de planejamento e decisão sobre as mudanças.
- (B) Delegar a comunicação exclusivamente à alta administração.
- (C) Divulgar informações apenas após a implementação das mudanças.
- (D) Reforçar o caráter obrigatório das mudanças, destacando sanções em caso de não cumprimento.
- (E) Concentrar a comunicação nos benefícios para os gestores, sem abordar os impactos para os colaboradores.

31

Uma secretaria estadual decidiu adotar um modelo de gestão por processos para aumentar a eficiência de seus serviços. Como parte desse esforço, realizou um mapeamento detalhado de suas atividades e fluxos de trabalho. Diante do exposto, é correto afirmar que a principal vantagem da gestão por processos em comparação à gestão tradicional por funções é:

- (A) maior controle sobre os recursos financeiros, devido à centralização administrativa.
- (B) foco na eficiência individual dos servidores em vez dos resultados coletivos.
- (C) facilidade em aplicar sanções administrativas aos responsáveis por atrasos.
- (D) redução do número de unidades organizacionais, independentemente do fluxo de trabalho.
- (E) maior alinhamento entre atividades e objetivos organizacionais, eliminando redundâncias.

32

Uma organização pública implementou uma estrutura de governança baseada no Referencial Básico de Governança do TCU. Nesse contexto, realizou uma análise de riscos para identificar possíveis ameaças à execução de seus objetivos. Diante disso, assinale a alternativa que apresenta a ação que está diretamente associada à etapa de tratamento de riscos.

- (A) Identificar os riscos mais relevantes para o cumprimento das metas organizacionais.
- (B) Monitorar continuamente os riscos identificados para verificar sua evolução.
- (C) Estabelecer o contexto organizacional antes de iniciar a gestão de riscos.
- (D) Elaborar relatórios sobre os riscos potenciais sem implementar medidas preventivas.
- (E) Implementar controles para mitigar os riscos identificados.

33

Um tribunal pretende alinhar sua gestão de pessoas com os objetivos estratégicos institucionais, buscando maior integração entre os servidores e os resultados organizacionais. Considerando os modelos de gestão de pessoas, assinale aquele que é o mais adequado para alcançar esse objetivo.

- (A) Gestão de pessoas baseada em tarefas, com foco em atividades específicas e repetitivas.
- (B) Gestão de pessoas orientada para resultados, com ênfase no impacto das ações individuais e coletivas.
- (C) Gestão de pessoas por competência, com foco exclusivo nas habilidades técnicas dos servidores.
- (D) Gestão de pessoas voltada para a redução de custos administrativos, priorizando a eficiência financeira.
- (E) Gestão de pessoas com foco em monitoramento rígido e controle operacional.

34

A alta administração de um órgão público decidiu implementar um sistema de controle interno baseado nos princípios de governança. O objetivo é assegurar a eficiência, transparência e conformidade na aplicação dos recursos públicos. Diante disso, assinale a alternativa que apresenta o princípio básico de governança essencial para garantir que as partes interessadas tenham acesso a informações claras sobre a gestão.

- (A) Eficiência.
- (B) Equidade.
- (C) Transparência.
- (D) Responsabilidade.
- (E) Satisfação do cliente.

35

Um departamento de compras públicas adotou a Resolução CNJ n. 347/2020 para aprimorar a política de governança das contratações. Como parte da implementação, a organização deve realizar a gestão do ciclo de vida dos contratos. Considerando o exposto e com base na resolução mencionada, assinale a alternativa que apresenta a etapa que faz parte da gestão de contratos.

- (A) Monitoramento e avaliação do desempenho dos contratos firmados.
- (B) Elaboração do planejamento estratégico da instituição.
- (C) Divulgação pública de todos os documentos administrativos.
- (D) Implementação de sanções por inadimplência antes da análise de justificativas.
- (E) Exclusão de critérios de sustentabilidade do processo de contratação.

36

Uma agência reguladora decidiu implementar um sistema de gestão da qualidade baseado nos princípios de excelência para melhorar os serviços prestados ao cidadão. Entre as iniciativas previstas está o monitoramento contínuo de processos-chave. Diante disso, assinale a alternativa que apresenta o princípio da gestão da qualidade é mais relevante para garantir a melhoria contínua dos serviços públicos.

- (A) Centralização das decisões na alta administração.
- (B) Foco exclusivo na redução de custos operacionais.
- (C) Estabelecimento de metas de curto prazo para evitar revisões.
- (D) Adoção de uma abordagem de melhoria contínua dos processos.
- (E) Priorização de controles burocráticos para evitar riscos.

37

Uma secretaria municipal deseja aumentar a transparência de suas atividades, conforme os preceitos da Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Para tanto, criou um portal de dados abertos e estabeleceu prazos para respostas às solicitações de informação. De acordo com a Lei de Acesso à Informação, é correto afirmar que o prazo máximo para que um órgão público atenda a um pedido de informação é de:

- (A) 5 dias úteis.
- (B) 10 dias corridos, prorrogáveis por mais 10 dias.
- (C) 20 dias corridos, prorrogáveis por mais 10 dias, com justificativa.
- (D) 30 dias úteis, sem possibilidade de prorrogação.
- (E) 15 dias corridos, prorrogáveis indefinidamente.

38

Uma instituição pública busca alinhar as suas práticas de gestão de pessoas às novas demandas do setor público, adotando uma abordagem baseada em competências. Considerando o exposto, assinale a alternativa que apresenta o principal objetivo da gestão por competências no setor público.

- (A) Reduzir custos operacionais relacionados ao quadro de pessoal.
- (B) Garantir que os servidores desenvolvam as competências necessárias para alcançar os objetivos organizacionais.
- (C) Substituir servidores efetivos por mão de obra terceirizada.
- (D) Eliminar avaliações de desempenho baseadas em critérios qualitativos.
- (E) Priorizar o treinamento técnico em detrimento de habilidades interpessoais.

39

Um gestor público, ao estruturar o Plano Plurianual (PPA), identificou a necessidade de integrar os objetivos estratégicos aos programas de governo. Considerando o exposto, assinale a alternativa que apresenta a característica que distingue o Plano Plurianual (PPA) no contexto da administração pública brasileira.

- (A) Ser um documento elaborado anualmente para gerenciar as despesas correntes.
- (B) Estabelecer as metas fiscais e prioridades de curto prazo para cada exercício financeiro.
- (C) Detalhar as receitas arrecadadas em cada ano, mas não estabelece objetivos estratégicos.
- (D) Ser elaborado exclusivamente pelos órgãos do Poder Legislativo, sem participação do Executivo.
- (E) Possuir vigência de quatro anos e define diretrizes, objetivos e metas para a administração pública.

40

Um tribunal desenvolveu um programa de sustentabilidade alinhado à Resolução CNJ n. 400/2021. Um dos objetivos é reduzir os impactos ambientais de suas operações. Diante disso, assinale a alternativa que apresenta uma prática coerente com os objetivos dessa resolução.

- (A) Substituir licitações presenciais por virtuais, diminuindo o uso de papel.
- (B) Priorizar fornecedores com menor custo, independentemente de critérios ambientais.
- (C) Descartar resíduos de forma convencional, sem promover reciclagem.
- (D) Adquirir materiais descartáveis em vez de reutilizáveis, para evitar contaminações.
- (E) Concentrar os esforços de sustentabilidade exclusivamente nas áreas administrativas.

MÓDULO III – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AVANÇADOS

Direito Constitucional

Maria Júlia

41

Sobre a natureza jurídica do preâmbulo da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) O preâmbulo possui força normativa plena e integra o bloco de constitucionalidade, sendo apto para fundamentar o controle de constitucionalidade de normas infraconstitucionais.
- (B) Segundo o STF, o preâmbulo não tem força normativa, situando-se no domínio da política e servindo apenas como vetor interpretativo do texto constitucional.
- (C) A invocação à proteção de Deus, no preâmbulo, é elemento obrigatório e sua ausência em constituições estaduais implica sua inconstitucionalidade formal.
- (D) O preâmbulo, embora não possua força normativa, estabelece direitos subjetivos aos cidadãos brasileiros.
- (E) Segundo a teoria da relevância jurídica indireta, o preâmbulo é considerado norma constitucional de aplicação direta, sendo vinculante para atos normativos secundários.

42

No Brasil, o direito à liberdade de reunião é assegurado pelo inciso XVI do art. 5º da Constituição Federal de 1988, sendo fundamental para o exercício da democracia. Entretanto, este direito não é absoluto, estando sujeito a certas condições que visam garantir a ordem pública e o respeito a outros direitos fundamentais.

Nos últimos anos, o Brasil testemunhou duas grandes mobilizações populares que ganharam destaque nacional. A primeira, conhecida como “Jornadas de Junho” de 2013, teve como ponto de partida o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo, que passou de R\$ 2,80 para R\$ 3,00. Sob o lema “não é só pelos 20 centavos”, os paulistanos saíram às ruas para expressar sua insatisfação, desencadeando uma onda de protestos em outros estados, com pautas variadas que refletiam o descontentamento com a classe política e outras questões sociais.

Considerando o direito de reunião no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) A exigência de aviso prévio para reuniões é inconstitucional, por representar controle estatal sobre o direito.
- (B) O poder público pode exigir autorização para reuniões em locais públicos, desde que motivado pela segurança.
- (C) A liberdade de reunião abrange o direito de portar armas durante manifestações, se previamente autorizado.
- (D) O direito de reunião não pode frustrar outra reunião previamente convocada para o mesmo local.
- (E) A ausência de aviso prévio invalida automaticamente a reunião realizada em local público.

43

O art. 7º da Constituição Federal estabelece que o salário mínimo deve ser nacionalmente unificado e capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador e da sua família. A respeito desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O salário mínimo pode ser usado como referência para o pagamento de benefícios assistenciais, desde que respeitado o princípio da razoabilidade.
- (B) É vedada a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, o que impede sua utilização como base de cálculo para benefícios sociais.
- (C) A Constituição permite a irredutibilidade do salário, mesmo se não tiver disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (D) Estados e municípios podem instituir salário mínimo próprio, independentemente da União, desde que contem com respaldo legislativo estadual.
- (E) O salário mínimo pode ser regionalizado, mas apenas para trabalhadores do setor público.

44

A Constituição Federal assegura a liberdade sindical e a autonomia das entidades sindicais. No que diz respeito à contribuição sindical e à participação dos trabalhadores, assinale a alternativa correta.

- (A) A contribuição sindical permanece obrigatória para todos os trabalhadores, independentemente de filiação ao sindicato.
- (B) A Constituição autoriza a criação de múltiplos sindicatos representando a mesma categoria profissional dentro de uma mesma base territorial.
- (C) A contribuição confederativa pode ser exigida de todos os trabalhadores da categoria, independentemente de filiação ao sindicato.
- (D) Os sindicatos têm direito de participação obrigatória nas negociações coletivas de trabalho, mesmo que não representem a totalidade da categoria.
- (E) A CF/88 impõe aos trabalhadores a obrigatoriedade de filiação sindical, como forma de fortalecer a negociação coletiva.

45

No âmbito da proteção constitucional aos direitos sociais dos trabalhadores, o Supremo Tribunal Federal tem desempenhado um papel fundamental na interpretação e aplicação dos dispositivos constitucionais, especialmente aqueles previstos no artigo 7º da Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, considerando os recentes julgados da Corte Suprema, assinale a alternativa correta.

- (A) A vedação ao trabalho de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, introduzida pela Emenda Constitucional n. 20/1998, possui plena validade constitucional, sendo qualquer flexibilização desse limite etário inconstitucional, inclusive para atividades culturais e esportivas amadoras.
- (B) A ausência de regulamentação do adicional de penosidade aos trabalhadores urbanos e rurais constitui um vício de omissão inconstitucional do Poder Legislativo, tornando-se passível de correção direta pelo Poder Judiciário, que poderá determinar sua aplicação imediata com base no princípio da eficácia plena dos direitos sociais.

- (C) A concessão da licença-maternidade à mãe trabalhadora ou servidora pública em união homoafetiva é garantida pelo STF, independentemente de sua condição de gestante, de modo que o benefício não pode ser reduzido nem condicionado a outros fatores que não sejam os previstos para mães biológicas.
- (D) O pagamento do chamado "salário-esposa" para trabalhadores urbanos e rurais, bem como para servidores públicos, é compatível com os princípios constitucionais, desde que justificado por razões de assistência familiar e equidade, promovendo a proteção especial da mulher no mercado de trabalho.
- (E) Os prazos da licença-adotante podem variar de acordo com a idade da criança adotada, pois a Constituição Federal de 1988 prevê que a proteção conferida à maternidade deve ser interpretada considerando as especificidades do vínculo biológico, sendo tal diferenciação legítima e proporcional.

Direito Administrativo

Gustavo Scatolino

46

A Presidente da República, buscando otimizar a prestação de serviços administrativos, mediante decreto, organizando internamente a estrutura, reordenou departamentos dentro do Ministério da Educação para lidar com diferentes demandas, como planejamento pedagógico e logística escolar. Um grupo de servidores questionou a medida, alegando que a criação desses departamentos exigiria uma nova lei. Com base no conceito de organização administrativa, é correto afirmar que:

- (A) a criação dos departamentos caracteriza descentralização administrativa, pois envolve a transferência de competências para novas entidades
- (B) a medida representa desconcentração administrativa, pois os novos departamentos fazem parte da mesma pessoa jurídica.
- (C) a criação dos departamentos não é válida, pois a criação de novos órgãos se deu mediante decreto
- (D) a medida caracteriza centralização administrativa, pois reforça a atuação direta do município na execução das atividades.
- (E) a criação dos departamentos é válida, mas é necessário que o decreto seja ratificado pelo Congresso Nacional.

47

Acerca dos requisitos e atributos dos atos administrativos, analise as assertivas a seguir e assinale a correta.

- (A) O excesso de poder ocorre quando um agente público, mesmo sendo inicialmente competente para praticar determinado ato, extrapola os limites da sua atribuição legal.
- (B) A imperatividade é um atributo presente em todos os atos administrativos, pois a Administração sempre impõe obrigações aos administrados, independentemente da aceitação destes.
- (C) A presunção de legitimidade dos atos administrativos é iuris et de iure, sendo desse modo suficiente para contrapor questionamentos sobre a legalidade do ato praticado.
- (D) O objeto do ato administrativo corresponde ao motivo que levou a Administração à sua prática, sendo o fundamento jurídico que justifica a sua existência.
- (E) A forma do ato administrativo diz respeito exclusivamente à necessidade de que ele seja sempre materializado por escrito, sem exceções.

48

Acerca do processo administrativo disciplinar, analise as assertivas a seguir e assinale a correta.

- (A) O controle judicial do processo administrativo disciplinar abrange a revisão do mérito da decisão administrativa, permitindo ao Judiciário modificar a penalidade aplicada.
- (B) A ausência de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar constitui nulidade absoluta, pois viola os princípios da ampla defesa e do contraditório.
- (C) O processo disciplinar pode ser instaurado apenas quando houver a certeza da infração disciplinar, sendo vedada a apuração de irregularidades por meio de sindicância prévia.
- (D) O afastamento preventivo do servidor investigado é uma medida cautelar que pode ser adotada pela autoridade instauradora do processo, sem prejuízo da remuneração.
- (E) O julgamento do processo administrativo disciplinar é vinculado pela recomendação da comissão processante.

49

Acerca do controle externo e da atuação dos Tribunais de Contas, analise as assertivas a seguir e assinale a correta.

- (A) O Tribunal de Contas da União possui competência para fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União a Estados e Municípios, independentemente da existência de convênio ou instrumento congênere.
- (B) O julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão pelo Tribunal de Contas deve ocorrer dentro do prazo de cinco anos, a contar da chegada do processo à Corte de Contas.
- (C) O Tribunal de Contas da União tem competência para julgar as contas do Presidente da República, podendo condená-lo diretamente em caso de irregularidades na gestão fiscal.
- (D) As decisões do Tribunal de Contas que impõem multa ou imputam débito ao responsável não possuem caráter executivo, sendo necessária ação judicial para a cobrança do valor devido.
- (E) O Tribunal de Contas pode, de forma autônoma, sustar a execução de ato administrativo que considerar ilegal, não sendo necessária posterior comunicação ao Congresso Nacional.

50

Uma prefeitura municipal está buscando contratar uma empresa com notória especialização para a elaboração de um estudo técnico sobre a viabilidade de um projeto de revitalização de um antigo centro histórico. A complexidade do projeto exige um estudo detalhado e específico, que deve ser conduzido por profissionais com notória especialização na área de restauração e conservação de bens de valor histórico. A administração também busca garantir que a licitação, caso seja viável, seja conduzida de maneira adequada, considerando a exclusividade do serviço e a necessidade de um fornecedor especializado. Com base na legislação pertinente, assinale a alternativa correta.

- (A) A licitação é inexigível, pois o serviço é de natureza predominantemente intelectual e será prestado por profissionais especializados na área de restauração.
- (B) A licitação não pode ser dispensada, pois o serviço, embora especializado, pode ser oferecido por várias empresas, desde que possuam a mesma especialização.
- (C) A inexigibilidade de licitação aplica-se somente aos serviços artísticos, como shows e apresentações culturais, e não a serviços técnicos especializados como o estudo de viabilidade para revitalização.
- (D) A licitação é inexigível quando a empresa contratada for a única capaz de prestar o serviço, mas a contratação do serviço de restauração de bens históricos não se enquadra na inexigibilidade prevista pela Lei de Licitações.
- (E) A inexigibilidade de licitação não se aplica em casos de estudos técnicos especializados, como o planejamento e projeto de revitalização de centros históricos, que devem sempre ser realizados por meio de licitação.

Direito do Trabalho**Fernanda Rocha****51**

João foi sócio da empresa XPTO Ltda. de 2015 a 2020, quando deixou a sociedade. A alteração contratual foi devidamente averbada em 10/03/2020. Em 15/05/2022, um ex-empregado ajuizou reclamação trabalhista cobrando verbas não pagas referentes ao período em que João ainda era sócio. Considerando as disposições da CLT e a ordem de responsabilidade pelos débitos trabalhistas, assinale a alternativa correta.

- (A) João não pode ser responsabilizado, pois se retirou da sociedade e não mais integra a empresa.
- (B) A responsabilidade de João é principal e direta, podendo ser cobrado a qualquer tempo.
- (C) João responde subsidiariamente, desde que a ação tenha sido ajuizada dentro de dois anos após a averbação da alteração societária, respeitada a ordem de preferência na execução.
- (D) João apenas poderá ser responsabilizado se ainda houver vínculo empregatício do reclamante com a empresa no momento do ajuizamento da ação.
- (E) A responsabilidade de João é solidária com os sócios atuais, independentemente de fraude na alteração societária.

52

Carlos é técnico de enfermagem e trabalha em uma clínica particular sob regime de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, conforme previsto em acordo individual escrito. Em determinado mês, trabalhou em um feriado nacional e, ao receber o pagamento, verificou que não houve acréscimo pela jornada nesse dia. Sentindo-se prejudicado, Carlos procurou orientação jurídica. Considerando as regras da CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) O empregador deve pagar em dobro as horas trabalhadas no feriado, pois a CLT não autoriza a compensação automática desses dias.
- (B) Carlos faz jus ao pagamento em dobro do feriado, pois a compensação de feriados só pode ser feita mediante convenção coletiva.
- (C) Como a jornada de Carlos segue o regime 12x36, sua remuneração já inclui a compensação dos feriados, não sendo devido pagamento extra.
- (D) O empregador deve conceder folga compensatória a Carlos no mês seguinte, caso ele tenha trabalhado no feriado.
- (E) Carlos pode exigir na Justiça o pagamento de horas extras pelo feriado trabalhado, pois a compensação automática desse dia é inconstitucional.

53

Paula é operadora de caixa em um supermercado e possui jornada diária de 8 horas. O empregador, buscando otimizar a operação da loja, concedia a Paula um intervalo de 30 minutos para refeição e descanso. Após sair do emprego, Paula ajuizou reclamação trabalhista pleiteando o pagamento do período suprimido do intervalo. Considerando a legislação trabalhista, assinale a alternativa correta.

- (A) Paula tem direito ao pagamento de uma hora cheia como indenização, pois a não concessão integral do intervalo mínimo gera o pagamento de seu total.
- (B) Paula tem direito ao pagamento apenas dos 30 minutos suprimidos, com acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal de trabalho.
- (C) Paula não tem direito a qualquer pagamento adicional, pois o empregador pode reduzir o intervalo por conta própria desde que respeite pelo menos 30 minutos.
- (D) Paula somente terá direito à indenização se comprovar que a supressão do intervalo gerou prejuízo à sua saúde ou bem-estar.
- (E) O intervalo de Paula poderia ter sido reduzido legalmente por meio de ato do Ministro do Trabalho, independentemente de acordo coletivo.

54

A empresa Alfa Ltda., que possui 35 empregados, não realiza o controle formal de jornada de seus trabalhadores, alegando que o ambiente é flexível e que os próprios empregados administram seus horários. Um dos empregados ajuizou reclamação trabalhista requerendo horas extras, alegando que realizava jornada superior à contratada sem o devido pagamento. Com base na CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) A empresa está dispensada do controle de jornada, pois não há exigência legal para empresas com menos de 50 empregados.
- (B) A empresa é obrigada a realizar o registro de ponto dos empregados, já que possui mais de 20 trabalhadores.
- (C) O controle de jornada pode ser dispensado se a empresa adotar um registro de ponto por exceção, independentemente de acordo coletivo.
- (D) Somente haveria obrigação de controle formal de jornada se a empresa tivesse mais de 100 empregados.
- (E) A falta de controle de jornada impede que o empregado comprove horas extras, tornando a ação improcedente.

55

Mariana trabalha como vendedora em uma loja de eletrodomésticos e recebe mensalmente um valor fixo de R\$ 2.000,00, além de comissões sobre suas vendas e prêmios concedidos pelo empregador quando atinge metas excepcionais. Além disso, a empresa fornece auxílio-alimentação em cartão específico, não pago em dinheiro. Considerando as disposições da CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o valor fixo e as comissões integram a remuneração de Mariana, pois os prêmios são considerados mera liberalidade do empregador e não geram reflexos trabalhistas.
- (B) O auxílio-alimentação, ainda que pago em cartão, integra a remuneração da empregada, devendo incidir encargos trabalhistas e previdenciários sobre esse benefício.
- (C) Os prêmios recebidos por Mariana não integram sua remuneração e não constituem base de incidência de encargos trabalhistas e previdenciários, pois são concedidos por desempenho superior ao esperado.
- (D) Mariana tem direito a receber a média dos prêmios em suas verbas rescisórias, pois eles são considerados parte de sua remuneração.
- (E) A gorjeta paga diretamente pelos clientes a Mariana deve ser considerada salário para todos os efeitos, independentemente de ser espontânea ou cobrada pela empresa.

Direito Processual do Trabalho**Fernanda Rocha****56**

Lucas ajuizou reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora, pleiteando o pagamento de verbas rescisórias supostamente não quitadas. No decorrer do processo, ficou comprovado que Lucas alterou os fatos intencionalmente, apresentando documentos falsos para tentar induzir o juízo ao erro. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta com base na CLT.

- (A) Lucas poderá ser condenado por litigância de má-fé, devendo pagar multa entre 1% e 10% do valor corrigido da causa, além de indenizar a parte contrária pelos prejuízos sofridos.
- (B) A multa por litigância de má-fé não pode ultrapassar 5% do valor da causa, sendo vedada a cumulação com indenização à parte contrária.
- (C) A condenação por litigância de má-fé depende de requerimento expresso da parte contrária, não podendo o juiz aplicar a penalidade de ofício.
- (D) Caso o valor da causa seja irrisório, a multa máxima a ser aplicada será o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, vedada a sua duplicação.
- (E) A penalidade de litigância de má-fé é aplicada apenas em casos de fraude processual grave, não alcançando situações em que a parte apenas altera a verdade dos fatos.

57

Carlos ajuizou reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora na Vara do Trabalho de São Paulo/SP. No entanto, a empresa apresentou exceção de incompetência territorial, alegando que Carlos sempre trabalhou em Campinas/SP e que o juízo competente seria o desta localidade. Considerando o disposto na CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) A empresa deveria ter apresentado a exceção na audiência, pois não é possível argui-la antes do início da instrução processual.
- (B) A apresentação da exceção de incompetência territorial suspende o processo e impede a realização da audiência, até que a questão seja decidida.
- (C) Após a apresentação da exceção, o juízo deverá imediatamente designar audiência para ouvir as testemunhas do excipiente, sob pena de nulidade da decisão.
- (D) Mesmo que a exceção seja acolhida, a defesa já apresentada permanecerá válida perante o novo juízo competente, evitando atrasos no processo.
- (E) O juiz poderá decidir a exceção sem ouvir o reclamante, pois se trata de uma questão processual, sem necessidade de contraditório.

58

Rogério ajuizou uma reclamação trabalhista pleiteando verbas rescisórias, com valor da causa equivalente a 35 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento. Sua ex-empregadora, uma empresa privada, foi regularmente citada e compareceu à audiência. Durante a tramitação do processo, o juiz verificou que o reclamante não indicou o valor exato de cada pedido, apenas apresentou valores genéricos e sem detalhamento. Considerando as regras do rito sumaríssimo, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo deve seguir normalmente, pois a ausência de indicação do valor detalhado dos pedidos não compromete a tramitação da ação.
- (B) O juiz deverá arquivar a reclamação e condenar Rogério ao pagamento de custas processuais sobre o valor da causa.
- (C) A empresa reclamada poderá requerer a conversão do processo para o rito ordinário, pois a ausência de valores detalhados impede a aplicação do rito sumaríssimo.
- (D) O juiz deverá determinar que o reclamante corrija a petição inicial antes de prosseguir com a tramitação do processo.
- (E) O procedimento sumaríssimo não se aplica ao caso, pois a empresa reclamada faz parte da Administração Pública, o que impede a adoção desse rito.

59

Em um processo de execução trabalhista, um imóvel pertencente à empresa executada foi penhorado e avaliado em R\$ 200.000,00. Após a devida publicação do edital, ocorreu a arrematação do bem pelo lance de R\$ 180.000,00, feito por um particular. Com base nas disposições da CLT sobre arrematação, assinale a alternativa correta.

- (A) O exequente não possui preferência na adjudicação dos bens penhorados, devendo sempre ocorrer a arrematação pelo maior lance.
- (B) O arrematante deve pagar imediatamente o valor total do bem arrematado, sob pena de nulidade da arrematação.
- (C) O arrematante deverá garantir o lance com um sinal correspondente a 20% do valor da arrematação, ou seja, R\$ 36.000,00.
- (D) Se o arrematante não pagar o valor total no prazo de 24 horas, poderá apresentar justificativa ao juízo para evitar a perda do sinal e a retomada do bem à praça.
- (E) Caso não haja licitantes e o exequente não requeira a adjudicação, os bens poderão ser vendidos por leiloeiro nomeado pelo juiz.

60

Em determinado momento, diversas Turmas do Tribunal Superior do Trabalho (TST) passaram a proferir decisões divergentes sobre a base de cálculo de determinado adicional trabalhista. Diante disso, um dos Ministros da Seção Especializada em Dissídios Individuais propôs que a matéria fosse afetada para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos. Considerando as disposições da CLT sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A questão poderá ser afetada ao Tribunal Pleno ou à Seção Especializada, desde que haja decisão por maioria simples dos membros da Seção.
- (B) A afetação da matéria ao rito dos recursos repetitivos deve ser aprovada por maioria absoluta dos membros do Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) Os Tribunais Regionais do Trabalho não podem suspender os recursos idênticos à matéria afetada, devendo continuar julgando normalmente os processos.
- (D) A decisão do TST sob o rito dos recursos repetitivos obrigatoriamente vinculará o Supremo Tribunal Federal (STF) caso haja matéria constitucional envolvida.
- (E) A decisão firmada sob o rito dos recursos repetitivos é absoluta e imutável, não podendo ser revista, mesmo que ocorra alteração na situação econômica e social.



2º Simulado
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Analista Judiciário – Área Judiciária –
Sem Especialidade (Pós-Edital)

FOLHA DE RESPOSTAS

[illegible]

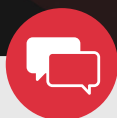


SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

E, com **mais de 3 milhões de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com 100% das questões comentadas, para que você assimile melhor o conteúdo!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despenca nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!